

ÍNDICE GERAL

SIGLAS	7
Nota Prévia à 7ª Edição	11
PARTE INTRODUTÓRIA – O DIREITO DA INSOLVÊNCIA	13
§1 O Direito da Insolvência	13
§2 Os instrumentos judiciais, híbridos e extrajudiciais	17
§3 Fontes	19
§4 Ordem de sequência	21
PARTE I – O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	23
CAPÍTULO I – Pressupostos da Declaração de Insolvência	23
§1 Pressuposto subjetivo	23
§2 Pressuposto objetivo	26
1. A insolvência do devedor	26
2. A insolvência de entes especiais	28
3. A insolvência iminente	31
4. Os índices da situação de insolvência	32
CAPÍTULO II – A FASE DECLARATIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	37
§1 Aspectos gerais	37
§2 Legitimidade ativa	38
1. O devedor	38
2. Os responsáveis legais, os credores e o Ministério Público	42
3. O administrador judicial provisório	46

§3 Petição inicial	46
1. Requisitos	48
1.1. Pedido apresentado pelo devedor	48
1.2. Pedido apresentado por outros legitimados	48
2. apreciação liminar do pedido de declaração de insolvência	49
2.1. Indeferimento liminar do pedido	49
2.2. Despacho de correção de vícios	50
2.3. Declaração imediata de insolvência	50
2.4. Despacho de citação	51
2.4.1. Regime jurídico	51
2.4.2. Efeitos	52
§4 Oposição do devedor	54
§5 Audiência de discussão e julgamento	56
§6 Sentença de declaração de insolvência	57
1. Conteúdo	57
1.1. Conteúdo-regra	57
1.2. Casos especiais	59
1.2.1. A insuficiência da massa insolvente	59
1.2.2. O plano de pagamentos	61
2. Notificação e citação	61
3. Registo	64
4. Meios de reação	65
4.1. Oposição de embargos	66
4.1.1. Legitimidade ativa	66
4.1.2. Processamento	66
4.2. Recurso	68
§7 Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	69
1. Notificação, publicação e registo	69
2. Impugnação	69
3. Responsabilidade por pedido infundado	70
CAPÍTULO III – OS ÓRGÃOS DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	71
§1 O administrador da insolvência	72
1. Nomeação e destituição	72
2. Estatuto e funções	77
3. Remuneração	81
4. Dever de informação e de prestação de contas	83
5. Responsabilidade	85
§2 A assembleia de credores	87
1. Composição	87

2.3.6. Possibilidade de convação do incidente limitado em incidente pleno e vice-versa	182
§2 Efeitos processuais externos da declaração de insolvência	182
1. Introdução	182
2. Efeitos sobre as ações declarativas	183
2.1. Destino das ações	183
2.1.1. Regime jurídico	183
2.1.2. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 1/2014	185
2.1.3. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 5/2018	188
2.2. A substituição processual do insolvente	190
3. Apensação de processos de insolvência	191
4. Efeitos sobre as ações executivas	193
5. Efeitos sobre as convenções arbitrais	198
6. Efeitos sobre as dívidas da massa insolvente	199
7. Efeitos sobre as ações previstas no art. 82º	200
8. Direito Internacional	201
§3 Efeitos sobre os créditos	202
1. Vencimento imediato de dívidas	202
2. Compensação	203
3. Prazos de prescrição e de caducidade	205
4. Contagem de juros	206
§4 Efeitos sobre os negócios em curso	206
1. Princípio geral	207
1.1. Âmbito de aplicação	207
1.2. Regime jurídico	208
1.2.1. Enquadramento legal	208
1.2.2. As opções do administrador da insolvência	210
2. Prestação de coisas infungíveis e prestações fracionadas	211
3. Venda com reserva de propriedade e operações semelhantes	212
3.1. Insolvência do vendedor ou locador	213
3.2. Insolvência do comprador ou locatário	213
4. Venda sem entrega	214
5. Promessa de contrato	215
5.1. Regime jurídico	215
5.2. Insolvência do promitente-vendedor nas promessas obrigacionais com traditio	218
5.2.1. A questão	218
5.2.2. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 4/2014	220
6. Operações a prazo	222

7. Contrato de locação	223
7.1. Insolvência do locatário	223
7.2. Insolvência do locador	225
8. Contratos de mandato e de gestão	229
9. Contrato de prestação duradoura de serviço	230
10. Procurações	231
11. Contrato de trabalho	231
11.1. A insolvência do trabalhador	231
11.2. A insolvência do empregador	232
12. Cessão e penhor de créditos futuros	238
13. Contas-correntes	239
14. Associação em participação	240
15. Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico	244
16. Imperatividade	247
§5 Resolução em benefício da massa insolvente e impugnação pauliana	248
1. Considerações preliminares	248
2. Resolução condicional	249
3. Resolução incondicional	253
4. Forma de resolução e prescrição	256
5. Oponibilidade a terceiros	259
6. Impugnação	260
7. Efeitos	261
8. Impugnação pauliana	262
§6 Cessação dos efeitos da declaração de insolvência	264
CAPÍTULO V – A FASE EXECUTIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	266
§1 Considerações prévias	266
§2 Verificação e graduação dos créditos	266
1. Noções gerais	266
2. O apenso de verificação e graduação dos créditos	267
2.1. Reclamação dos créditos	268
2.1.1. Créditos reclamáveis	268
2.1.2. Tramitação	270
2.1.3. Lista de credores	273
2.1.4. Impugnação da lista de credores reconhecidos	275
2.2. Saneamento do processo	278
2.3. Instrução	279
2.4. Julgamento	279
2.4.1. Sentença de verificação e graduação dos créditos	280

8.5.3. Alienação de bens objeto de garantia real	327
§4 Pagamento	329
1. Créditos sobre a massa	329
2. Créditos sobre a insolvência	330
2.1. Considerações gerais	330
2.2. Créditos garantidos	331
2.3. Créditos privilegiados	331
2.4. Créditos comuns	332
2.5. Créditos subordinados	332
3. Rateio final	333
4. Casos especiais	333
4.1. Pagamento no caso de devedores solidários	333
4.2. As obrigações sob condição suspensiva	334
4.3. As obrigações sob condição resolutiva	336
CAPÍTULO VI – CASOS ESPECIAIS	337
§1 Considerações preliminares	337
§2 O plano de insolvência	337
1. Noções gerais	337
2. Natureza jurídica	338
3. Âmbito subjetivo	340
4. Tramitação	340
4.1. Legitimidade ativa	340
4.1.1. O administrador da insolvência	341
4.1.2. O devedor	342
4.1.3. Os credores	343
4.1.4. Os responsáveis legais	344
4.2. Conteúdo	344
4.2.1. Breve conspecto	344
4.2.2. O novo paradigma da recuperação	345
4.2.3. Providências	346
4.2.3.1. Providências com incidência no passivo	348
4.2.3.2. Providências societárias	349
4.2.4. Os créditos fiscais	353
4.3. Oportunidade	355
4.4. Admissão da proposta	356
4.4.1. Considerações prévias	356
4.4.2. Violação dos preceitos sobre legitimidade e conteúdo	356
4.4.3. Manifesta inverossimilhança da aprovação ou da posterior homologação do plano de insolvência	357

4.4.4. Manifesta inexecuibilidade do plano	358
4.5. Oposição do administrador da insolvência	359
4.6. Termos subsequentes	359
4.7. Aprovação	362
4.7.1. Considerações prévias	362
4.7.2. Quórum constitutivo	363
4.7.3. Quórum deliberativo	365
4.8. Homologação	366
4.8.1. Considerações preliminares	366
4.8.2. Não homologação oficiosa	367
4.8.3. Não homologação a solicitação dos interessados	368
4.8.4. Efeitos	370
4.8.5. Os direitos dos credores contra os codevedores e os terceiros garantes	373
4.9. Vicissitudes	376
4.10. Fiscalização	377
§3 Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	378
1. Considerações preliminares	378
2. Exoneração do passivo restante	379
2.1. Noções introdutórias	379
2.2. Pressupostos	379
2.3. Tramitação	382
2.3.1. Requerimento	382
2.3.2. Despacho inicial	384
2.3.2.1. Cessão do rendimento disponível	385
2.3.2.2. Obrigações do devedor	389
2.3.2.3. Cessão antecipada do procedimento de exoneração	390
2.3.2.4. O período da cessão e o encerramento do processo	391
2.3.3. Despacho final	394
3. Os devedores não empresários ou titulares de pequenas empresas	395
3.1. Âmbito de aplicação	395
3.2. Regime jurídico	395
3.2.1. O plano de pagamentos aos credores	396
3.2.1.1. Tramitação	396
3.2.1.2. Aprovação	398
3.2.1.3. Homologação	400
3.2.1.4. Efeitos	400

3.2.2. A insolvência de ambos os cônjuges	401
§4 Benefícios fiscais	404
CAPÍTULO VII – ENCERRAMENTO DO PROCESSO	407
§1 Âmbito de aplicação	407
§2 Publicidade	408
§3 Efeitos	408
PARTE II – OUTROS INSTRUMENTOS (HÍBRIDOS E EXTRAJUDICIAIS)	411
CAPÍTULO I – O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO	411
§1. Considerações prévias	411
§2. Características	412
§3. Âmbito de aplicação	413
1. Âmbito subjetivo	413
2. Âmbito objetivo	415
§4. Tramitação	417
1. Requerimento	417
2. Despacho liminar	420
3. Despacho de admissão	422
3.1. Conteúdo. Nomeação do administrador judicial provisório	422
3.2. Publicidade	425
3.3. Efeitos	426
3.3.1. Efeitos processuais	426
3.3.1.1. Ações para cobrança de dívidas	427
3.3.1.2. Processos de insolvência	430
3.3.1.3. Duração dos efeitos processuais	431
3.3.2. Efeitos substantivos	432
3.3.2.1. Proibição de prática de atos de especial relevo	432
3.3.2.2. Serviços públicos essenciais	435
3.3.2.3. A suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade	436
3.3.3. Efeitos do PER <i>versus</i> efeitos da declaração de insolvência	438
4. Tramitação subsequente	439
4.1. Dever de comunicação	439
4.2. Reclamação de créditos	440
4.2.1. Regime jurídico	440
4.2.2. Créditos reclamáveis	441
4.2.3. Verificação ulterior de créditos	443
4.2.4. Relevância prática	443
4.3. Lista provisória de créditos	445

4.4. Impugnação da lista provisória de créditos	446
4.5. Sociedades em relação de domínio ou de grupo	450
4.6. Negociações	450
4.7. Depósito da versão final do plano	454
4.8. Conteúdo do plano	455
4.9. Votação do plano	456
4.9.1. Direito de voto	456
4.9.2. Aprovação por maioria	457
4.9.3. Aprovação da empresa	458
4.9.4. Não aprovação	459
4.10. Homologação do plano	460
4.10.1. Recusa oficiosa	461
4.10.2. Recusa a solicitação dos interessados	462
4.10.3. Efeitos da homologação	464
4.10.4. Os créditos públicos	465
4.11. Efeitos da falta de aprovação/homologação	469
5. Encerramento do processo	471
5.1. Trânsito em julgado da decisão homologatória	473
5.2. Outras causas	474
6. Cessação de funções do administrador judicial provisório	476
§5. Garantias	477
1. Manutenção das garantias	477
2. Privilégio creditório pelo financiamento	478
3. O caso especial dos garantes	480
§6. Incumprimento	481
§7. Segundos PER'S	483
§8. Homologação de acordos extrajudiciais	484
1. Abertura do processo	484
2. Despacho liminar	484
3. Reclamação de créditos	485
4. Modificação do acordo	486
5. Homologação	486
§9. PER <i>versus</i> Processo de insolvência	487
CAPÍTULO II – O PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTO	489
§1 Considerações prévias	489
§2. Características	490
§3. Âmbito de aplicação	491
§4. Tramitação	492
1. Requerimento	492

2. Despacho liminar	493
2.1. Considerações prévias	493
2.2. Despacho de admissão. Nomeação do administrador judicial provisório	493
2.2.1. Conteúdo e notificação	493
2.2.2. Efeitos	494
2.2.2.1. Efeitos processuais	494
2.2.2.2. Efeitos substantivos	495
2.3. Tramitação subsequente	498
2.3.1. Reclamação de créditos	498
2.3.2. Negociações	499
2.3.3. Votação e aprovação	500
2.3.4. Homologação do acordo	502
2.3.5. Falta de aprovação ou de homologação	503
3. Encerramento do PEAP	505
4. Cessação de funções do administrador judicial provisório	505
§5. Garantias	506
1. Manutenção das garantias	506
2. Privilégio creditório pelo financiamento	506
§6. Incumprimento do acordo de pagamento e segundos PEAP's	507
§7. Homologação de acordo extrajudicial de pagamento	508
CAPÍTULO III – O REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	509
§ 1 Introdução	509
§ 2. Âmbito de aplicação	510
1. Âmbito subjetivo	510
1.1. O devedor	510
1.2. O credor	511
2. Âmbito objetivo	512
§3. Características	513
§4. As negociações do acordo de reestruturação	515
1. Protocolo de negociação	516
2. Os efeitos do depósito do protocolo de negociação	519
2.1. Efeitos sobre o devedor	519
2.2. Efeitos sobre os credores	520
2.3. Efeitos processuais	521
2.4. Efeitos sobre contratos de prestação de serviços essenciais	523
2.5. Suspensão do dever de apresentação à insolvência	525
3. Encerramento das negociações	525
3.1. Causas	525

3.2. Efeitos	526
3.3. Novas negociações	527
§5. O acordo de reestruturação	527
1. Conteúdo e formalidades	527
2. Efeitos	529
2.1. Efeitos sobre os credores	529
2.2. Efeitos sobre as garantias prestadas pelo devedor	529
2.3. Efeitos sobre as garantias prestadas por terceiro	529
2.4. Efeitos processuais	530
2.5. Efeitos fiscais	530
2.5.1. Pressupostos	530
2.5.2. Vantagens fiscais	531
2.6. Resolução em benefício da massa insolvente	532
2.7. O caso especial dos trabalhadores	534
2.8. Incumprimento	535
2.9. Responsabilidade dos titulares dos órgãos de administração	536
§6. RERE <i>versus</i> processo de insolvência	537
§7. RERE <i>versus</i> PER	537
CAPÍTULO IV – A CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	538
§1. Introdução	538
§2. Âmbito de aplicação	539
§3. Medidas societárias	540
1. Aumento do capital social	541
2. Redução do capital social	542
3. Transformação da sociedade devedora noutra de tipo distinto	542
4. Exclusão de todos os sócios	542
§4. Conversão voluntária	543
1. A proposta de conversão	543
2. A apresentação da proposta	544
§5. Conversão judicial	544
§6. Processo de insolvência	547
§7. Apreciação crítica	548
PARTE III – O DIREITO INTERNACIONAL DA INSOLVÊNCIA	551
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	551
CAPÍTULO II – O DIREITO EUROPEU	553
§1. Aspetos gerais	553

§2. Âmbito de aplicação	555
§3. Competência internacional	557
1. Apreciação oficiosa	557
2. Competência internacional para o processo principal de insolvência	558
3. Competência internacional para o processo territorial ou secundário de insolvência	561
§4. A lei aplicável	562
1. Princípio geral	562
2. Casos especiais	563
§5. Reconhecimento e efeitos da decisão de abertura do processo de insolvência noutro Estado-Membro	566
1. Princípio geral	566
2. Prova da nomeação do administrador da insolvência e exercício das suas competências	569
§6. Processo secundário de insolvência	571
1. Pressupostos de abertura	571
2. Processo principal versus processo territorial (ou secundário)	573
3. Deveres de cooperação e comunicação em processos abertos contra o mesmo devedor	576
4. Reclamação de créditos	578
§7. Processos de insolvência relativos a membros de um grupo de sociedades	579
 CAPÍTULO III O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	 583
 BIBLIOGRAFIA	 585
 ÍNDICE DE ASSUNTOS	 603
 ÍNDICE GERAL	 609